

A DESOBRIGAÇÃO DO ESTADO EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO

Carlos Eduardo Baldijão

Sempre que se trate de questões de importância social como educação e saúde, o governo considera que, embora sejam questões prioritárias nas suas metas de desenvolvimento, os recursos são escassos e não há como solucionar a crescente torrente de problemas nestas áreas.

O documento do MEC (8/3/81), enviado a todas as reitorias e assinado pelo Secretário de Ensino Superior, mostra bem qual a posição do governo em relação à educação. O discurso oficial, empolado, à primeira vista, leva os menos avisados a acreditar nas boas intenções do governo e talvez ainda leve alguém mais sensível, a enviar seus minguados cruzeiros, como colaboração pessoal, à educação e ao MEC. No entanto, em uma simples leitura o texto nos mostra alguns pontos interessantes:

a) procura criar antagonismo entre o ensino superior e o de primeiro e segundo graus;

b) considera que o aumento de recursos para a educação não deve decorrer de recursos orçamentários;

c) Revela que o MEC aceita os limites impostos pela política econômica quando diz: "A compatibilização das grandes prioridades nacionais é uma decisão eminentemente política, que postula não apenas uma diretriz do governo, mas também o envolvimento da sociedade como um todo."

Ora, a contradição ou o antagonismo entre o ensino superior e o ensino de primeiro e segundo graus, para todos os que trabalham com educação, é algo inexistente e não vamos nos deter neste aspecto. O que queremos abordar hoje é a desobrigação do Estado em relação à educação, refletida pela privatização do ensino e pela tentativa de cobrança do ensino oficial.

Ainda na frase acima citada, verificamos, que no estabelecimento das prioridades cuja decisão é política, o governo postula o envolvimento de toda a sociedade. Vejamos de que forma isto se dá.

O envolvimento democrático no estabelecimento de prioridades todos sabemos que, há muito, dele estamos alijados. Então, de que forma nos envolvemos nesta questão?

Bem, colocando as coisas de modo bastante simples, podemos dizer que quem sustenta estas decisões é fundamentalmente a classe trabalhadora, embora não tenha participado do processo de decisão.

Cada vez mais o Estado arrecada impostos dos assalariados e menos de capital. Segundo os autores Herbert de Souza e Afonso (1), desde 1960 até 1975, a participação do trabalho na contribuição dos impostos aumentou de 40% para 85%. Isto significa que o capital contribuiu com apenas 15% para a arrecadação tributária. Além disto, o governo transfere para o capital, sob a forma de subsídios fiscais e créditos, quantias enormes.

Segundo dados do próprio Banco Central, citados por colegas da Universidade Federal de Santa Catarina no I Congresso da ANDES, esses subsídios totalizavam 745 bilhões de cruzeiros, e representavam cerca de 78% do total da receita tributária. Em fins de 1980, os subsídios e incentivos já haviam atingido 950 bilhões de cruzeiros, quantia praticamente idêntica à receita tributária (958 bilhões).

Assim, a população trabalhadora sustenta, à sua revelia, projetos que vão beneficiar unicamente os donos do capital, pois a maior parte

dos grandes projetos com incentivos fiscais, não têm trazido sequer aumento significativo no número de empregos oferecidos.

Estes dados evidenciam que se houver uma democratização real do país, pode-se contar com amplos recursos para prioridades sociais como saúde, educação, transporte, etc. No entanto, como a preocupação deste sistema é fundamentalmente o lucro, a política em relação à educação, como em outras áreas de interesse social, é entregá-las à chamada "iniciativa privada" para que se transforme também em uma atividade de que possa realizar o lucro. Assim, no Brasil, 75% das Instituições de Ensino Superior são privadas e, em alguns estados, como São Paulo e Rio de Janeiro este número chega a 87% .

Embora, no papel, as IES particulares sejam entidades sem fins lucrativos, na prática seus lucros existem e são evidenciados nos grandes investimentos patrimoniais e são conseguidos através de uma péssima qualidade de ensino e de condições degradantes de trabalho dos professores. Ainda assim, o MEC procura cada vez mais dar viabilidade financeira a estas arapucas através da ampliação do sistema de isenção fiscal, da revisão dos critérios de financiamentos, visando a ampliar facilidades de obtenção

de crédito pelas IES particulares e ainda através de um reestudo do crédito educativo.

As Universidades Públicas onde, apesar das dificuldades, as condições de ensino são infinitamente melhores (basta lembrar que, embora abrigando apenas 25% dos estudantes, as IES públicas empregam 52% do total de professores) , estão recebendo cada vez menos verbas, como mostram os relatórios do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

O Governo que negocia mais verbas para a educação propôs como saída a cobrança do ensino público e cinicamente chama isto de Justiça social. Em primeiro lugar, como já mostramos, existem recursos para serem aplicados em educação. Em segundo lugar, uma cobrança factível de anuidade dos estudantes das IES públicas não cobririam 20% de suas necessidades.

Assim, a luta pelo Ensino Público e gratuito, já desencadada pelas entidades de professores e estudantes, o percentual mínimo de 12% do orçamento federal para a Educação e a luta pela democratização real das estruturas de poder para que as prioridades do povo brasileiro, sejam estabelecidas por ele próprio, são questões importantes para todos os trabalhadores da educação. ©

1- Afonso C. e Souza, H. Desenvolvimento Capitalista e Estado no Brasil. S. P. Paz e Terra. 1979.

2 - Espíndola, C.; Pereira, L.A. e Aura, M. Educação Brasileira: dos desvios de Verbas à ironia da "Justiça Social" do MEC. Mineo- Associação dos professores da Universidade Federal de Santa Catarina. 1982.

Autor - Identificação.

Carlos Eduardo Baldijão é professor de fisiologia no Instituto de ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo.